

Uma nota técnica da Associação de Pediatras tenha lá o nome da instituição - desculpa, não estou me recordando do nome correto nem quero ser indelicada com ninguém -, mas um parecer de uma nota técnica de uma instituição é uma coisa, agora, estar a cópia de um parecer que é destinado à Comissão de Saúde eu gostaria só de entender um pouco isso. Acabei de indagar e esse parecer ainda não chegou à Comissão de Saúde. É um tema - como bem colocou aqui o Deputado Rodrigo Amorim - no Plenário nós vamos ter a transparência de expor as nossas posições, mas esse tema precisa ser apreciado e decidido, com o que concordo plenamente.

Queria só esse esclarecimento desse possível relatório, o parecer da Secretaria de Saúde, que deveria estar ou na Presidência, ou na CCJ, ou na Comissão de Saúde.

Não sei se o Deputado Márcio Pacheco quer contribuir.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sra. Presidente, V.Exa. me concede a palavra?

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Autorizado. Com a palavra, o líder do Governo.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Respondendo à Deputada Martha Rocha, presidente da Comissão de Saúde, não chegou à CCJ qualquer parecer oficial da Secretaria de Saúde que seja uma resposta da baixa em diligência; não há nada oficial. De fato, o Projeto volta à pauta, recebe emendas, mas eu me recordo, sim, Deputado Waldeck Carneiro tem razão, de que o plenário, em um pedido ao Presidente, havia decidido que receberíamos uma... (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) da Secretaria de Educação. Eu não tenho nada na CCJ.

O SR. CARLOS MINC - Questão de ordem.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente, só para esclarecer à Deputada Martha Rocha que esse parecer, com certeza, vai chegar às devidas comissões. Eu não quis me sobrepor à nenhuma comissão; tenho muito respeito por todas elas. Era só que, se fosse abrir a discussão, eu ia ler o que eu recebi de antemão, mas, com certeza, esses documentos serão encaminhados às devidas comissões.

Muito obrigada.

O SR. RODRIGO AMORIM - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Deputada Martha Rocha. Em seguida, Deputados Carlos Minc e Rodrigo Amorim.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Flávio Serafini, Sra. Presidente.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Rubens Bomtempo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Só esclarecendo à Deputada Martha Rocha - e a Deputada Adriana Balthazar já até fez a prévia -: não chegou à Mesa, nem às nossas mãos, essa resposta, esse documento. Se existe esse documento, não chegou à Mesa Diretora ainda, não chegou à Presidência. De qualquer forma, o Projeto recebeu emendas e vai retornar o mais breve possível, porque realmente temos pressa nessa discussão.  
Deputado Carlos Minc.

O SR. CARLOS MINC - Sra. Presidente Tia Ju, minha parceira da liberdade religiosa, contra as discriminações, que prazer vê-la, como mulher combativa, presidindo os trabalhos. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O prazer é todo meu. Continuamos, sim, nessa luta. Fora qualquer discriminação. Não admito isso.

O SR. CARLOS MINC (Questão de ordem) - Isso, Tia Ju.

Minha questão de ordem é para dizer que o Regimento da Casa prevê a baixa em diligência. Como bem lembraram os Deputados Waldeck Carneiro e Martha Rocha, a baixa de diligência é um voto cujo objetivo é, quando determinada matéria diz respeito direto a algumas secretarias - nesse caso, Saúde e Educação, pois trata-se da questão de aulas no meio da pandemia -, saber a opinião técnica balizada das secretarias sobre o impacto de um determinado Projeto. Mais do que uma faculdade, é uma obrigação dos Deputados conscientes, e não uma obstrução. É uma obrigação saber daqueles que estão à frente das secretarias qual será o impacto na Educação, na Saúde de determinado Projeto.

O Regimento, acrescento, dá trinta dias para a baixa em diligência - claro, a resposta pode ser dada antes, mas o prazo é até trinta dias -, e a resposta obrigatoriamente é dirigida à Presidência da Assembleia Legislativa, que imediatamente encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça e às comissões pertinentes - no caso, Saúde e Educação. Isso é regimental; não é um direito, é uma obrigação. E não é para postergar; é para fundamentar o voto.

Eu acrescento, respeitosamente, ao Deputado Rodrigo Amorim, que tem uma relação respeitosa comigo, dentro da divergência, que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que estados e municípios têm o poder tanto de liberar, claro, com os cuidados devidos, algumas atividades quanto de restringir ou interditar por um determinado período, com a justificativa técnica e científica, algumas atividades. Ou seja, segundo essa decisão do Supremo, nada impede que um estado ou município autorize, com as restrições, ou proíba. Qualquer decisão que a Assembleia tome sobre esse assunto não muda absolutamente nada desse entendimento do Supremo. As prefeituras seguem com autorização para permitir ou limitar essas atividades.

Dito isso, Tia Ju, afirmo que não é obstrução; é regimental, tem 30 dias. As respostas são só admitidas pelos canais que o Regimento determina. Qualquer resposta que não seja encaminhada a esses canais não tem juridicamente nenhuma validade para a tramitação do processo. E nós vamos aguardar essa volta da baixa em diligência e votar, como V.Exa. disse, o projeto, analisando não só as posições das comissões quanto às emendas de plenário mas também a fundamentação técnica das duas secretarias que foram instadas a se pronunciar nos termos da competência da Assembleia Legislativa.

Era essa é a questão de ordem e o esclarecimento que eu queria dar, combativa e solidária Deputada Tia Ju.

O SR. RODRIGO AMORIM - Questão de ordem, Tia Ju.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Já está inscrito. Só vou dar uma resposta ao Deputado Carlos Minc.

O Deputado Carlos Minc tem toda razão, porém foi feito um acordo na última Sessão com relação a esse projeto. Todas as comissões deram o seu parecer. Conforme V.Exa. disse, realmente, tem o prazo de até 30 dias. Como foi feito o acordo, o Presidente tem autonomia de decidir o retorno, segundo os pareceres que foram dados pelas comissões, e o projeto retornou. O Presidente tem a prerrogativa de fazer isso. E ele informou na última sessão. Então, está tudo dentro do que foi acordado, do que foi conversado.

Antes do Deputado Rodrigo Amorim, tem o Deputado Rubens Bomtempo, que também tinha pedido uma questão de ordem.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Em primeiro lugar, boa tarde a todas e a todos. Um prazer reencontrar, mesmo de maneira remota, cada um dos meus pares, voltando a discutir esse tema.

O meu querido líder Carlos Minc foi brilhante na sua colocação. Não é só a questão do Supremo, Minc, que V.Exa. muito bem colocou. Essa matéria, nós discutimos na semana retrasada, quando discutimos a antecipação dos feriados. Tivemos muito cuidado - Deputado Luiz Paulo sabe muito bem disso - de garantir a autonomia dos municípios para definir quais são as atividades econômicas e sociais que deverão ser abertas ou não, de acordo com o status epidemiológico de cada cidade.

A princípio, eu vejo realmente como interferência direta de um Poder sobre outro e me parece que isso não é legal. Essa é a primeira colocação que eu acho que vale a pena citar, a questão da restrição. Não cabe à Assembleia Legislativa definir.

A segunda é a questão a vacinação dos profissionais da área da Educação. Nossa Deputada Martha Rocha apresentou o projeto de lei, e nós votamos. Quero saber, por parte do Governo Estadual, como anda o status da vacinação dos profissionais da área da Educação. Já foi até anunciado pelo próprio Governador que daria uma prioridade maior. Nós precisamos ter retorno disso tudo.

Em terceiro lugar, independentemente de qualquer coisa, as escolas um dia terão que abrir. Isso é óbvio; não estamos querendo negar isso. Mas temos que levar em considerações, é lógico, o status epidemiológico de cada cidade.

É importante as escolas comecem a se preparar para poder receber os alunos. O nosso Deputado Flávio Serafini já apresentou um Projeto de Lei muito bom, por sinal, que promove realmente campanha de conscientização dentro das escolas. Precisamos fazer pequenas intervenções para garantir uma readaptação nas escolas, principalmente, nos ambientes que são coletivos em comum onde os alunos acabam de alguma forma convivendo, em refeitório, vai por aí afora. Nós precisamos garantir ventilação desses espaços, uma ampliação também se for necessária.

E outra questão que eu acho que também nós precisamos estar mais atentos em relação a tudo isso, é a nossa capacidade de dialogar entre nós mesmos. Não adianta nós simplesmente querermos fazer disso daí um cabo de aço, um puxando de um lado, outro puxando pelo outro. Temos que fazer com que o bom senso prevaleça. E quem tem que realmente definir quais são as atividades essenciais dentro de uma pandemia, é claro que não somos nós. Claro que tem que ser a Vigilância Sanitária, a Secretaria de Estado de Saúde, e as Secretarias Municipais.

Então, estas são as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O Deputado Rodrigo Amorim e a Deputada Martha Rocha pediram novamente.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Questão de ordem, Deputada Tia Ju.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Não sei se continua a inscrição. Deputada Martha Rocha...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputada Tia Ju, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Logo em seguida, Deputada Martha Rocha e o Deputado Flávio Serafini.  
Deputado Rodrigo Amorim. (Pausa) Deputado Rodrigo Amorim. (Pausa) Ele pediu questão de ordem, mas a Deputada Martha Rocha...

A SRA. MARTHA ROCHA - Não, Sra. Presidente, eu quero apenas lamentar, porque eu acho que não é republicano que a Comissão de Saúde não receba o parecer, que a Comissão de Constituição e Justiça não receba o parecer, que a Presidência, a Mesa, não recebam o parecer, mesmo porque este tema abrange outros Projetos de Lei, não apenas do Deputado Pedro Brazão, mas de outros Deputados. Então, eu mesma vou perguntar à Secretaria de Estado de Saúde qual foi a dinâmica utilizada, porque temos aqui um roteiro, um protocolo a seguir que é passar pela Presidência, a Presidência encaminhar para as Comissões. Eu acho que temos que zelar por esse protocolo. Só isso. Muito obrigada.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - O Deputado Rodrigo Amorim voltou. Logo em seguida, o Deputado Flávio Serafini.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sra. Presidente, eu quero antes de tudo, aqui me permitir discordar do Deputado Rubens Bomtempo. Eu obviamente venho acompanhando, todos nós estamos acompanhando. A Assembleia Legislativa foi a primeira no Brasil a iniciar os trabalhos remotos, a iniciar os procedimentos de enfrentamento da pandemia saindo na frente, na vanguarda, graças ao esforço dos 70 Deputados e à boa condução do nosso Presidente André Ceciliano.

Agora, obviamente, nós avaliamos sem dúvida nenhuma que a decisão do STF merece ser respeitada, sim. Ela define que Estados e Municípios têm competência para definir as ações de combate à pandemia e deixa salvaguardado que valerá no caso de discordância, a medida mais dura, mais extrema. Isso já está pacificado.

Agora, simplesmente embarcar nesses discursos de que o Município e/ou o Estado são competentes para definir quais são as atividades essenciais é simplesmente rasgar a Constituição Federal, porque a educação é definida na Constituição Federal. A saúde é o mandamento da Constituição Federal, assim como a segurança pública.

Além disso seria, além de todos os ataques que nós já sofremos habitualmente, nós Deputados, Vereadores, Senadores, diante de tantos desmandos neste País, somos nós quem pagamos a conta. A opinião pública se vira contra nós o tempo inteiro, muito embora nós sejamos o Poder que mais corta na carne. O exemplo é dado pela própria Assembleia Legislativa do Rio que economiza os fundos de gestão e muitas vezes financia ações do próprio Poder Executivo. Nós não temos vantagens, em razão dos nossos cargos, muito ao contrário de outros Poderes, que têm exageros visíveis, a olhos nus.

Sra. Presidente, nós precisamos, sim, fazer um esforço de debater os temas. É o que estamos fazendo aqui democraticamente, com a presidência de V.Exa. Além disso, há que se respeitar a força do parlamento e a nossa autoridade para definir, sim, diante da Constituição Federal, regulamentar e dar um norte para o Estado do Rio de Janeiro para embasar a decisão de municípios, prefeitos, e, sobretudo, do Governo do Estado, com base numa lei estadual, que vai apontar um norte, em nada contrariando a decisão do Supremo.

Além disso, em primeiro lugar, quero pedir desculpas ao Deputado Carlos Minc. Eu não quis ofender qualquer colega, até porque eu, inúmeras vezes, já dei voto pela baixa em diligência. O Deputado Carlos Minc tem total razão. É fundamental que em determinadas matérias tenhamos um norte da própria secretaria que cuida daquela matéria.

Precisamos entender também que, muitas vezes, o que é legal. O pedido de baixa em diligência, o voto pela baixa em diligência é legal, é amparado pelo Regimento da Casa, sem dúvida alguma. Mas as obstruções são amparadas no Regimento também. Como essa matéria é de suma relevância, independentemente do resultado que tenha, ela tem que ser fruto das nossas convicções e não de obstrução ou de uma guerra para postergar uma decisão tão importante. Por isso, o meu apelo a V.Exa. de que traga esse projeto à pauta o mais breve possível.

Faço coro integral ao que disse a Deputada Martha Rocha. Não sei nem qual será o entendimento da Deputada Martha Rocha sobre o tema. Eu tenho a minha convicção formada. Para mim, escola é atividade absolutamente essencial, e é assim que eu vou votar. Mas é válida a discussão.

Independentemente de conhecer ou não a posição da Deputada Martha Rocha, assusta-me, numa matéria tão relevante - desculpe, Deputada Adriana Balthazar - saber que V.Exa. recebeu, de antemão, como disse, um parecer técnico da Secretaria de Saúde. Assusta-me esse tipo de procedimento, porque nós não fomos privilegiados, recebendo de antemão pareceres da Secretaria de Estado ou qualquer documento formal, o que deveria respeitar uma lógica nesta Casa: receber via Presidência, via Comissões pertinentes, ou pela Mesa Diretora.

Precisamos chamar o feito à ordem, Sra. Presidente, e tentar deslindar esta questão, porque pode abrir precedente gravíssimo neste parlamento, a partir do momento em que Deputados tenham acesso de antemão, como ela bem disse, a documentos de suma importância em decisões que são importantes.

Porque, também, para terminar, Sra. Presidente, eu tenho combatido a politização da pandemia. Não é só a Deputada Adriana Balthazar que defende a escola e a educação como atividade essencial. Faz-me crer que ter acesso a documentos de antemão...

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Isso é porque ele está enciumado com essa história...

O SR. RODRIGO AMORIM - Não estou enciumado, não, Deputada. O microfone de V.Exa. está aberto e V.Exa. está sendo ofensiva ao se referir a mim dessa forma, dizendo que eu estou enciumado. Enciúme é uma ova! V. Exa. me respeite ao falar comigo...

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Deputado, eu peço desculpas pelo comentário...

O SR. RODRIGO AMORIM - ...V.Exa. tem que me respeitar, como tem que respeitar qualquer outro aqui. O seu partido é useiro e vezeiro em desrespeitar os parlamentares desta Casa. V.Exa. não é o arauto da moralidade, V. Exa. não é mais honesta que ninguém e V.Exa. não é protagonista de porcaria nenhuma de ninguém! Respeite-me. É o que eu exijo!

V.Exa. errou. Disse que teve acesso a um documento de antemão. Está errada e deve dar explicações ao Plenário da Assembleia Legislativa...

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente...

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço a palavra para discutir a matéria, Sr. Presidente.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente, posso me pronunciar? Em primeiro lugar...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Só um momento, por favor, Deputada Adriana Balthazar.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - ...foi uma...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Só um minutinho, para organizarmos a Sessão. A Sessão é remota e precisamos organizá-la.

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente, eu sei que há outras pessoas na frente para falar...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Eu sei, V.Exa. foi citada...

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Exato. Eu gostaria de...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - ...E eu vou lhe dar o direito de resposta. Eu só quero organizar, antes de V.Exa. falar...

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente, eu posso tentar dirimir este problema...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Havia o Deputado Flávio Serafini e mais alguém...

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Eu, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Deputada Adriana Balthazar, se puder fechar o microfone, agradeço...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputada Adriana Balthazar, V. Exa. está confundindo e está fechando o vídeo em vez do microfone.

O SR. LUIZ PAULO - Sra. Presidente, eu queria lhe dar uma sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Pode sugerir, Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Quem abriu o processo, pediu pela ordem. O Projeto já foi discutido, senão, eu vou me reescrever para discutir. Está todo mundo se inscrevendo para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Verdade. V.Exa. tem toda razão.

O SR. LUIZ PAULO - Eu já tinha discutido, está em contínuo de votação, vai sair de pauta. Então, o pela ordem é exatamente o que fez, no início, a Deputada Martha Rocha e o Deputado Waldeck, dizendo que faltavam os pareceres da Secretaria de Educação e Saúde etc. Agora nós estamos entrando num debate temático, aí não é mais pela ordem.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Tia Ju, o meu pedido é para questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - V.Exa. tem toda a razão, Deputado Luiz Paulo.

O SR. RODRIGO AMORIM - O meu pedido foi para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Inclusive, V.Exa. coloca que o Projeto, de fato, já foi discutido. O que foi trazido aqui...

O SR. FLÁVIO SERAFINI - O Projeto não foi discutido.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Desculpe. O que foi trazido aqui, na abertura da Sessão, era exatamente a posição das Secretarias. E aí, veio a fala da Deputada Adriana Balthazar, informando que teve, em primeira mão, a informação da baixa em diligência, a resposta da Secretaria de Educação ou a da Saúde, se não me engano - a Deputada Martha Rocha pode me corrigir -, fato esse que deveria ser encaminhado para as Comissões ou para esta Mesa, para a Mesa desta Casa, para a Presidência, e não exclusivamente para a Deputada. Uma coisa é pedido de requerimento de informação, mas uma resposta de uma baixa em diligência deve ser encaminhada para a Presidência da Casa, e não exclusivamente para um Deputado.

Então, precisamos, de fato, saber o que aconteceu, porque esse procedimento não é o normal, não é um procedimento normal. Não se sabe quem foi que deu essa informação à Deputada Adriana Balthazar e quem deu essa informação, se não foi o secretário, no caso, se não foi o secretário, foi um funcionário, e isso cabe até uma avaliação para que veja de que forma chegou essa informação. E se foi o secretário, ele precisa trazer respostas a esta Casa sobre o porquê foi feito dessa maneira, haja vista que existe um trâmite legal, que é preciso se cumprir o rito de onde sai o documento e para onde ir.

O Deputado Flávio Serafini estava inscrito.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tia Ju) - Questão de ordem solicitada pelo Deputado Flávio Serafini. O Deputado Luiz Paulo, acho que era sobre isso que ele queria fazer uma colocação, uma questão de ordem também.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Eu fui citado, Deputada. Eu posso falar?

A SRA. ADRIANA BALTHAZAR - Sra. Presidente, eu posso só citar...